



CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 19.560.837/0001-13 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

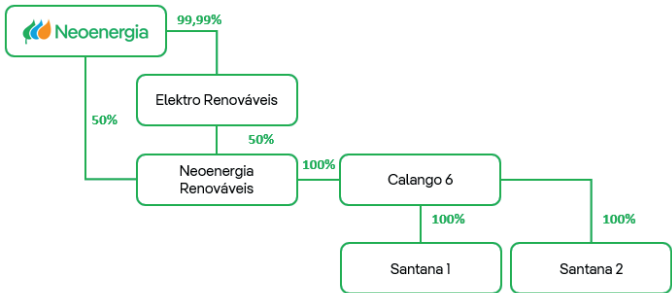
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2023, a Calango 6 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2024, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. CALANGO 6

A Companhia Calango 6 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia S.A. (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, localizado nos municípios de Bodó e Cerro Corá (RN). A empresa Calango 6 é controladora direta dos parques eólicos Santana 1 e Santana 2.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Calango 6 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18/11/2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, pelo prazo de 35 anos.
O Parque Eólico firmou com 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036.
Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 18,5MW médios.
No ano de 2023, o Parque Eólico Calango 6 esteve em operação comercial e durante esse período gerou 138.179 MWh, estando sua operação sob coordenação do ONS - Operação Nacional do Sistema Elétrico.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	3	74.951	73.764	27.218
Custos dos serviços		(41.244)	(36.196)	(14.874)
Custos com energia elétrica	4	(8.438)	(7.905)	(2.866)
Custos de operação	5	(32.806)	(28.291)	(12.008)
Lucro bruto		33.707	37.568	14.502
Perda de crédito esperadas	9.1	(3)	-	(1)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(777)	(1.747)	(344)
Equivalência Patrimonial	10	-	26.248	24.458
Lucro operacional		32.927	35.821	38.247
Resultado financeiro	6	(7.598)	(14.148)	(18.657)
Receitas financeiras		18.831	14.179	7.353
Despesas financeiras		(26.707)	(28.369)	(26.294)
Outros resultados financeiros, líquidos		278	42	284
Lucro antes dos tributos		25.329	21.673	19.590
Tributos sobre o lucro	7.1	(3.218)	874	2.521
Corrente		(5.739)	(3.975)	-
Diferido		2.521	4.849	2.221
Lucro líquido do exercício		22.111	22.547	22.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		22.111	22.547	22.111
Outros resultados abrangentes		18.831	14.179	7.353
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		-	(3)	(3)
Hedge de fluxo de caixa		-	(3)	(3)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado:		(3)	-	(3)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos		(3)	-	(3)
Resultado abrangente do exercício		22.111	22.544	22.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Capital Social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
	Reserva legal	Reserva para investimento	Reserva para investimento	Reserva especial de dividendos não distribuídos			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.001	163.145	5.403	52.934	24.359	-	275.842
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.111	22.111
Destinação do lucro líquido:							
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	-	(5.603)	(5.603)
Constituição de reservas de lucros (nota 16.4)	-	-	-	-	16.508	(16.508)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.001	163.145	5.403	52.934	40.867	-	292.350

Capital Social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Reserva especial de dividendos não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Reserva legal	Reserva para investimento	Reserva para investimento	Reserva especial de dividendos não distribuídos				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.001	163.145	4.276	52.934	8.294	3	-	258.653
Resultado abrangente do exercício:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.547	22.547
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	-	-	(5.355)	(5.355)
Constituição de reservas de lucros (nota 16.4)	-	-	1.127	-	-	-	(17.192)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.001	163.145	5.403	52.934	24.359	-	-	275.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Calango 6 Energia Renovável S.A. ("Calango 6" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, localizado nos municípios de Bodó e Cerro Corá (RN). A Calango 6 é controladora direta das Companhias e parques eólicos Santana 1 e Santana 2. Calango 6 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18 de novembro de 2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036. Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 18,5MW médios. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são as seguintes:

Parque Eólico	Localidade, estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWh/ano)	Data da concessão	Data de início de operação
Santana 1	Bodó - RN	30,0	17,5	14/11/2014	13/11/2019
Santana 2	Lagoa Nova - RN	24,0	13,1	14/11/2014	13/11/2019

1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais: A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1. Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil (1)	2023	2022	Variação %
Receita Operacional Bruta	30.598	29.695	3,04
Receita Operacional Líquida	27.218	27.215	0,01
Margem Operacional Líquida	12.344	14.502	(14,88)
EBITDA	44.742	44.481	0,6
Resultado Financeiro	(18.657)	(20.740)	(10,04)
Lucro Líquido	22.111	22.547	(1,93)
Margem Operacional (%)	45,35%	53,29%	(7,93)
Margem EBITDA (%)	164,38%	163,44%	0,94
Margem Líquida (%)	81,24%	82,85%	(1,61)

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil (2)	dez/23	dez/22	Variação %
Ativo Total	568.079	563.623	0,79
Dívida Bruta	240.247	259.134	(7,29)
Dívida Líquida(3)	179.128	202.108	(11,37)
Patrimônio Líquido	292.350	275.842	5,98

(2) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Divida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	dez/23	dez/22	Variação %
Indicadores Financeiros de Dívida			
Dívida Líquida/EBITDA	4,00	4,54	(11,89)

(3) EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil (1)	2023	2022	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	22.111	22.547	(436)	(1,93)
Receitas financeiras (B)	7.353	7.215	138	1,91
Despesas financeiras (C)	(26.294)	(28.005)	1.711	(6,11)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	284	50	234	468,00
Imposto de renda (E)	2.521	4.880	(2.359)	(48,34)
Depreciação e Amortização (F)	(6.495)	(6.074)	(421)	6,93
EBITDA = (A+B+C+D+E+F)	44.742	44.481	261	0,59

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	22.111	22.547	22.111	22.547
Depreciação e amortização	17.683	17.226	6.495	6.074
Equivalência patrimonial	-	-	(26.248)	(24.588)
Tributos sobre o lucro	3.218	(874)	(2.521)	(4.880)
Resultado financeiro líquido	7.598	14.148	18.657	20.740
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(2.434)	(627)	(951)	(248)
Fornecedores e contas a pagar	(957)	(1.747)	(73)	(2.544)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(2.708)	(2.786)	(435)	(3.039)
Provisões, liquidadas dos depósitos judiciais	14.552	10.248	5.245	3.833
Outros ativos e passivos, líquidos	4.820	6.291	7.623	2.279
Caixa líquidos provenientes das operações	63.883	64.426	29.903	20.804
Dividendos recebidos	-	-	22.540	19.542
Encargos de dívidas pagas	(20.789)	(22.070)	(20.789)	(22.070)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	-	(6)	-	(6)
Rendimento de aplicação financeira	19.206	14.520	7.729	7.537
Pagamento de Juros - Arrendamentos	(556)	(389)	(556)	(389)
Tributos sobre o lucro pagos	(3.694)	(5.781)	(70)	(12)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	58.049	50.700	38.757	25.406
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(7.092)	(1.079)	(5.850)	(456)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	-	(219)	-	(110)
Resgate de títulos e valores mobiliários	40	32	14	11
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(7.052)	(1.266)	(5.836)	(555)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	891	-	891
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(23.427)	(20.074)	(23.427)	(20.074)
Depósitos em garantias	(34)	(432)	(34)	(432)
Pagamento de principal - Arrendamentos	(93)	(55)	(93)	(55)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.355)	(2.765)	(5.355)	(2.765)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(28.909)	(22.435)	(28.909)	(22.435)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	22.088	26.999	4.012	2.416
Caixa e equivalentes no início do exercício	133.380	106.381	56.271	53.855
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	155.468	133.380	60.283	56.271

Transações que não envolveram caixa:
Provisão para desmantelamento: 2.995 413 1.069 -
Provisão ambiental: 137 588 20 178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui financiamento contratado junto ao BNDES com amortização linear e debêntures de infraestrutura.

CALANGO 6 (em R\$ mil)

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante
143.751	143.751	143.751	143.751	143.751	143.751	143.751
23.193	23.193	23.193	23.193	23.193	23.193	23.193
120.558	120.558	120.558	120.558	120.558	120.558	120.558

Principal Juros



estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.3	Tributos sobre o lucro
9.2	Perda de Créditos Esperada (PCE)
11.1	Imobilizado
14.2	Provisões

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **(a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia.

(b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS/ IVC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no, final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (<i>Safe and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (Reverse factoring), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fornecimento de energia	78.655	77.095	29.668	29.243
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.201	1.290	509	485
Outras receitas	772	20	421	(53)
Receita operacional bruta	80.628	78.405	30.598	29.675
Pis e Cofins	(5.358)	(4.354)	(3.266)	(2.577)
Encargos setoriais (1)	(312)	(287)	(114)	(105)
Receita operacional líquida	74.958	73.764	27.218	27.215

(1) Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE).

3.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como substituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Compra para revenda				
Energia adquirida no ambiente de contratação livre				
- ACL	(1.301)	(1.196)	(493)	(427)
Energia curto prazo - PLD	-	(33)	-	(33)
Outros	(41)	(32)	(16)	(15)
Subtotal	(1.342)	(1.268)	(509)	(475)
Créditos PIS e COFINS	42	42	42	42
Total	(1.300)	(1.226)	(467)	(433)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica	(5.322)	(5.003)	(1.904)	(1.790)
Encargos de conexão	(2.055)	(1.921)	(734)	(688)
Subtotal	(7.377)	(6.924)	(2.638)	(2.478)
Créditos de PIS e COFINS	232	245	232	245
Total	(7.138)	(6.679)	(2.399)	(2.233)
Total dos custos com energia elétrica	(8.438)	(7.905)	(2.866)	(2.664)

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Outras receitas/ Despesas				
Custos de operação gerais e administrativos				
- Tratativas				
- Total				
Pessoal e benefícios a empregados	(904)	(905)	(1.809)	(1.247)
Serviços de terceiros	(11.84)	(189)	(11.373)	(9.059)
Depreciação e amortização	(17.683)	-	(17.683)	(17.226)
Outras receitas e despesas, líquidas (1)	(3.035)	317	(2.718)	(1.278)
Total	(32.806)	(777)	(33.583)	(28.291)
Outras receitas/ Despesas				
Custos de operação gerais e administrativos				
- Tratativas				
- Total				
Pessoal e benefícios a empregados	(315)	(317)	(630)	(253)
Serviços de terceiros	(5.112)	(137)	(5.249)	(3.496)
Depreciação e amortização	(6.495)	-	(6.495)	(6.074)
Outras receitas e despesas, líquidas (1)	(88)	110	22	(226)
Total	(12.008)	(344)	(12.352)	(10.049)

(1) Refere-se a materiais, seguros, viagens a serviço, arrendamentos, tributos e demais custos diversos.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	19.206	14.520	7.729	7.537
(-) Tributos sobre receita financeira	(406)	(351)	(406)	(351)
Outras receitas financeiras	31	10	30	29
Total	18.831	14.179	7.353	7.215
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(25.343)	(27.182)	(25.343)	(27.182)
Outras despesas financeiras (2)	(1.344)	(1.187)	(933)	(823)
Total	(26.707)	(28.369)	(26.294)	(28.005)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(9)	(6)	(3)	(6)
Outras variações cambiais e monetárias	287	48	287	56
Total	278	42	284	50
Resultado financeiro líquido	(7.598)	(14.148)	(18.657)	(20.740)

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, TJLP e outros) e amortização de custos de captação.

(2) Inclui juros sobre passivo de arrendamento, comissão de anúncio BNDES, IOF, atualizações de provisões entre outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro corrente são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	25.329	21.673	19.590	17.667
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(8.612)	(7.369)	(6.661)	(6.007)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
- Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	170	-	170	-
- Resultado de participações societárias	-	-	8.924	8.315
- Diferença de presunção de base do lucro presumido	5.137	5.670	-	-
- Outras adições (reversões) permanentes	87	2.573	88	2.572
Tributos sobre o lucro	(3.218)	874	2.521	4.880
Alíquota efetiva	13%	(4)%	(13)%	(28)%
Corrente	(5.739)	(3.975)	-	31
Diferido	2.521	4.849	2.521	4.849

7.1.2. Tributos diferidos ativos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado e Controladora	
	2023	2022
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)		
Diferenças temporárias:		
- Provisões ambientais e para desmantelamento	8.356	6.310
- Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	1	4
- Arrendamentos capitalizados	9	1
- PLR	27	-
Total	25.835	23.315
Ativo não circulante	25.835	23.315

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.314	23.314
Efeitos reconhecidos no resultado	2.521	4.849
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.835	28.163
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.466	18.466
Efeitos reconhecidos no resultado	4.849	2.521
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.315	23.315

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2029		Entre 2034	
	2025	2026	2027	2028
Ativo fiscal diferido	1.686	2.209	2.433	3.326
Efeito líquido	1.686	2.209	2.433	3.326

7.1.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	2.910	4.794	1.076	1.820
Fundos de Investimento	152.558	128.586	59.207	54.451
Total	155.468	133.380	60.283	56.271

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% do CDI (99,53% em 31 de dezembro de 2022).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira		
Fundos exclusivos		
- Operações compromissadas	152.558	59.207
Total	152.558	59.207

Os fundos de investimentos exclusivos do grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos Investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023		2022	
	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	12.771	(11)	12.760	(8)
- Terceiros	12.301	(1)	12.290	(8)
- Partes relacionadas	470	-	470	329
Comercialização de energia na CCEE				
- Total	421	(421)	603	(603)
Total	13.192	(11)	13.181	(8)
Ativo circulante		13.181		10.747
Controladora				
Fornecimento de energia	4.896	(4)	4.892	(3)
- Terceiros	4.730	(4)	4.726	(3)
- Partes relacionadas	166	-	166	126
Comercialização de energia na CCEE				
- Total	169	(169)	224	(224)
Total	5.065	(4)	5.061	(3)
Ativo circulante		5.061		4.110

O aging das contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2023		2022	
	Perdas de créditos esperadas	Perdas de créditos esperadas	Perdas de créditos esperadas	Perdas de créditos esperadas
Total	12.771	(11)	12.771	(8)
A vencer	12.770	(11)	9.679	(8)
Saldo vencidos:				
- 90 dias	1	-	473	-
Total:	12.771	(11)	10.152	(8)

9.1. Variação das perdas de créditos esperadas - PCE

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(8)	(8)	(3)	(3)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(3)	-	(1)	-
Saldo final do exercício	(11)	(8)	(4)	(3)

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. b) Estimativas e julgamento crítico: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de



Processos fiscais	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
	257	227	257	227
	257	227	257	227

14.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. b) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **14.3 Desmantelamento:** Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Calango 6, Santana 1 e Santana 2, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 10,64% e uma inflação projetada equivalente a 3,50%. **14.4 Ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são temporariamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 30.001, composta por 193.145.408 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, detidas integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A. **15.2 Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	22.111	22.547
Reserva legal	-	(1.127)
Lucro líquido ajustado	22.111	21.420
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(16.508)	(16.065)
Lucro líquido a distribuir	5.603	5.355
Remuneração		
Mínima obrigatória	5.603	5.355
Natureza da remuneração		
Dividendos	5.103	5.355
JSCP	500	-
Total:	5.603	5.355

Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2023			
AGOE de 29 de abril de 2023	Dividendos mínimos	5.355	0,0277249
AGE de 20 de dezembro de 2023	JSCP	500	0,0025887
Total:		5.855	
2022			
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos	2.765	0,0143156
Total:		2.765	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2023	2022
Saldos no início do exercício	5.355	2.765
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados	5.603	5.355
Imposto de renda retido na fonte	(75)	-
Dividendos pagos no exercício	(5.355)	(2.765)
Saldos no final do exercício	5.528	5.355

15.3 Reserva de Capital: Refere-se a contribuição efetuada pela controladora Neoenergia Renováveis S.A. quando da integralização das ações que ultrapassam o valor nominal delas. Desta forma o valor excedente foi considerado como reserva de capital, nos termos do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações. **15.4 Reserva de lucros:** **15.4.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A Companhia não constitui reserva legal, pois, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76 a empresa poderá deixar de constituir esta reserva quando o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do Capital Social. **15.4.2 Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído:** Esta reserva de lucro é constituída quando a Companhia ainda não obtém condições financeiras para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Tais dividendos serão pagos aos acionistas no futuro, assim que a situação financeira ao permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes. **15.4.3 Reserva para investimento:** Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos. **15.5 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra

e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	Consolidado			
	2023		2022	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a) / (b)	470	-	470	329
Outros ativos	-	-	-	5.008
Total	470	-	470	5.337
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b)	235	-	235	348
Dividendos a pagar (c)	-	5.528	5.528	-
Outros passivos	74	61	135	154
Total	309	5.589	5.898	502

	Controladora			
	2023		2022	
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionista Total	Subsidiárias da Neoenergia
Ativo				
Contas a receber e outros (a) / (b)	166	-	166	126
Dividendos a receber (d)	-	6.562	6.562	-
Outros ativos	-	-	-	4.980
Total	166	6.562	6.728	5.106
Passivo				
Fornecedores (b)	76	-	76	120
Dividendos a pagar (c)	-	5.528	5.528	-
Outros Passivos	25	22	47	48
Total	101	22	5.528	5.651

	Controladora			
	2023		2022	
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionista Total	Subsidiárias da Neoenergia
Ativo				
Contas a receber e outros (a) / (b)	166	-	166	126
Dividendos a receber (d)	-	6.562	6.562	-
Outros ativos	-	-	-	4.980
Total	166	6.562	6.728	5.106
Passivo				
Fornecedores (b)	76	-	76	120
Dividendos a pagar (c)	-	5.528	5.528	-
Outros Passivos	25	22	47	48
Total	101	22	5.528	5.651

	Controladora			
	2023		2022	
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionista Total	Subsidiárias da Neoenergia
Ativo				
Contas a receber e outros (a) / (b)	166	-	166	126
Dividendos a receber (d)	-	6.562	6.562	-
Outros ativos	-	-	-	4.980
Total	166	6.562	6.728	5.106
Passivo				
Fornecedores (b)	76	-	76	120
Dividendos a pagar (c)	-	5.528	5.528	-
Outros Passivos	25	22	47	48
Total	101	22	5.528	5.651

	Controladora			
	2023		2022	
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionista Total	Subsidiárias da Neoenergia
Ativo				
Contas a receber e outros (a) / (b)	166	-	166	126
Dividendos a receber (d)	-	6.562	6.562	-
Outros ativos	-	-	-	4.980
Total	166	6.562	6.728	5.106
Passivo				
Fornecedores (b)	76	-	76	120
Dividendos a pagar (c)	-	5.528	5.528	-
Outros Passivos	25	22	47	48
Total	101	22	5.528	5.651

16.2 Transações com partes relacionadas

	Consolidado	
	2023	2022
	Subsidiárias da Neoenergia	Subsidiárias da Neoenergia
Resultado do exercício		
Receita operacional líquida (a) / (b)	3.310	2.955
Custos dos serviços (b)	(1.675)	(1.468)
Despesas gerais e administrativas	(904)	(1.246)
Total	731	241
Controladora		
2023		
Subsidiárias da Neoenergia		
2022		
Subsidiárias da Neoenergia		

	Consolidado	
	2023	2022
	Subsidiárias da Neoenergia	Subsidiárias da Neoenergia
Resultado do exercício		
Receita operacional líquida (a) / (b)	1.190	1.125
Custos dos serviços (b)	(620)	(541)
Despesas gerais e administrativas	(317)	(435)
Total	253	149

16.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Vencimento	Ativo do exercício	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Coserm e Neoenergia Elektro	Contrato de venda de energia elétrica	IPCA 27 anos	2050	434	3.107
b)	NC Energia	Compra e venda de energia	IPCA 10 anos	2033	36	203
c)	Neoenergia Renováveis S/A	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2024	5.528
d)	Santana 1 e Santana 2	Dividendos a receber	N/A	N/A	2024	6.562

16.4 Remuneração da administração (pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador.

17 CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2023		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.910	152.558	4.793	128.587
Títulos e valores mobiliários	-	2.351	-	2.125
Contas a receber de clientes e outros	13.192	-	10.752	-
Total	16.102	154.909	15.545	130.712
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	2.040	-	2.997	-
Empréstimos e financiamentos	240.247	-	259.134	-
Passivo de arrendamento	2.662	-	2.669	-
Outros passivos financeiros	180	-	211	-
Total	245.129	-	265.011	-

CA – Custo amortizado
VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.6 (análise de sensibilidade). **17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2023		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.910	152.558	4.793	128.587
Títulos e valores mobiliários	-	2.351	-	2.125
Contas a receber de clientes e outros	13.192	-	10.752	-
Total	16.102	154.909	15.545	130.712
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	2.040	-	2.997	-
Empréstimos e financiamentos	240.247	-	259.134	-
Passivo de arrendamento	2.662	-	2.669	-
Outros passivos financeiros	180	-	211	-
Total	245.129	-	265.011	-

CA – Custo amortizado
VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.6 (análise de sensibilidade). **17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

Ativos financeiros	Consolidado	
	Nível 2	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	152.558	128.587
Títulos e valores mobiliários	2.351	2.125
Total	154.909	130.712

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **17.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2023		2022	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	240.247	256.540	259.134	262.615

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **17.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **17.6 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário